do CIRE, foi por despacho proferido em 28 de Março de 2006, deliberado declarar encerrado, por insuficiência da massa insolvente para satisfazer as custas do processo e restantes dívidas da massa insolvente, o presente processo em que foi declarada a insolvência de Elizabeth Lopes Oliveira Durães, número de identificação fiscal 195505794, bilhete de identidade n.º 16004643, com endereço na Rua da Rainha Santa Isabel, 83, Trofa, 4785-000 Trofa.

Efeitos do encerramento:

Declaro encerrado, por insuficiência da massa insolvente o presente processo em que foi declarada a insolvência de Elizabeth Lopes Oliveira Durães, número de identificação fiscal 195505794, bilhete de identidade n.º 16004643, com endereço na Rua da Rainha Santa Isabel, 83, Trofa, 4785-000 Trofa, nos termos do disposto nos artigos 230.º, n.º 1, alínea *d*), e 232.º, n.º 2, do Código de Insolvência e da Recuperação de Empresa;

O incidente de qualificação da insolvência passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado — n.º 5 do artigo 232.º;

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do Código de Insolvência e da Recuperação de Empresa — artigo 233.º, n.º 1, alínea *a*);

Cessam as atribuições da administradora da insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência — artigo 233.º, n.º 1, alínea *b*);

Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º, n.º 1, alínea *c*);

Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º, n.º 1, alínea *d*).

29 de Março de 2006. — O Juiz de Direito, *Alcides Rodrigues*. — A Oficial de Justiça, *Eugénia Silva*. 3000213070

4.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

Anúncio

Processo n.º 188/06.7TJVNF.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credora — Isabel Maria Alves Carneiro.
Insolvente — Serjor — Pronto a Vestir, L.ª

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Serjor — Pronto a Vestir, L.ª, número de identificação fiscal 501915052, com endereço na Rua de Narciso Ferreira, 101, rés-do-chão, 4760-000 Vila Nova de Famalicão.

Administradora da insolvência: Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: alínea *b*) do n.º 7 do artigo 39.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º, n.º 1, do CIRE.

18 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Alexandre Gonçalves Ferreira*. — A Oficial de Justiça, *Maria Florsinda da Silva Azevedo Oliveira*. 3000213091

Anúncio

Processo n.º 2302/05.0TJVNF.
Insolvência de pessoa singular (requerida).
Credor — Eduardo Francisco Alves de Sousa.
Insolvente — Francisco Manuel da Silva Azevedo.

Insolvente: Francisco Manuel da Silva Azevedo, bilhete de identidade n.º 2720536, com endereço na Rua da Agrinha, 99, Santa Maria Oliveira, 4765-337 Vila Nova de Famalicão.

Administradora da insolvência: Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: alínea *b*) do n.º 7 do artigo 39.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º, n.º 1, do CIRE.

27 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Vitor Vale*. — A Oficial de Justiça, *Maria Florsinda da Silva Azevedo Oliveira*.

3000213033

Anúncio

Processo n.º 2170/05.2TJVNF.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Polibag — Embalagens, S. A.
Insolvente — Solidaire Têxteis, L.ª

Encerramento de processo

Nos autos de insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Solidaire Têxteis, L.ª, número de identificação fiscal 504423541, com endereço no Edifício Pocinhos, loja 4, lugar de Cerqueda, 4765-366 Oliveira, São Mateus, Vila Nova de Famalicão.

Administradora da insolvência: Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: alínea *b*) do n.º 7 do artigo 39.º do CIRE.

Efeitos do encerramento: artigo 233.º, n.º 1, do CIRE.

19 de Junho de 2006. — O Juiz de Direito, *Vitor Vale*. — A Oficial de Justiça, *Maria Florsinda da Silva Azevedo Oliveira*.

3000213035

5.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA NOVA DE FAMILIÇÃO

Anúncio

Processo n.º 1330/06.3TJVNF.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — A Cimenteira do Louro, L.ª
Insolvente — Helvionol — Empreiteiros de Obras Públicas e Serviços de Estradas, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

No Juízos de Competência Cível de Vila Nova de Famalicão, 5.º Juízo Cível de Santo Adrião, no dia 24 de Julho de 2006, às 12 horas e 16 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Helvionol — Empreiteiros de Obras Públicas e Serviços de Estradas, L.ª, número de identificação fiscal 503805769, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 121, 2.º, sala 7, 4760-000 Vila Nova de Famalicão, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea *i*) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 4 de Outubro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

Informação — plano de insolvência

Pode ser aprovado plano de insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de plano de insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

25 de Julho de 2006. — A Juíza de Direito, *Sílvia Manuela Azevedo Barbosa*. — A Oficial de Justiça, *Ana Paula Ramos Pereira Fonseca*. 3000213028

Anúncio

Processo n.º 2/06.3TJVNF.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credor — Bonakemi, SL B-80831399, e outro(s).

Insolvente — Drogaria Morais, L.ª

Drogaria Morais, L.ª, número de identificação fiscal 503595870, com endereço na Avenida de Tibães, 509, São Cosme do Vale, 4760-000 Vila Nova de Famalicão.

Administradora da insolvência: Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: insuficiência da massa insolvente — artigos 230.º, n.º 1, alínea d), e 232.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE.

Efeitos do encerramento: os previstos no artigo 233.º, n.º 1, do CIRE.

À administradora da insolvência foram remetidos os respectivos anúncios para publicação.

19 de Julho de 2006. — O Juiz de Direito, *Manuel Alexandre Ferreira*. — O Oficial de Justiça, *Pedro Miguel Brandão R. Portela*. 3000213055

Anúncio

Processo n.º 1675/06.2TJVNF.

Insolvência de pessoa colectiva (requerida).

Credora — Arneg Portuguesa — Fábrica de Eq. Fri. Ind. Com., L.ª Insolvente — Ambiental — Climatização e Refrigeração, L.ª

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados

Nos Juízos de Competência Cível de Vila Nova de Famalicão, 5.º Juízo Cível de Santo Adrião, no dia 3 de Julho de 2006, ao meio-dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Ambiental — Climatização e Refrigeração, L.ª, número de identificação fiscal 505501600, com endereço na Rua da Ribeira, Edifício Fonte, loja E, Joane, 4770-207 Joane, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Dalila Lopes, com endereço na Rua de Camilo Castelo Branco, 21, 1.º, direito, 4760-127 Vila Nova de Famalicão.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 12 de Setembro de 2006, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [alínea c) do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE].